

Síntese e Conclusões

Paula Santos

Paula Santos*

Confesso a minha dificuldade para, chegados ao fim deste dia, fazer uma síntese ou tirar umas conclusões que façam algum sentido e que sejam suficientemente organizadas. Começava pelo fim e valorizava a importância de momentos como este para a construção daquilo que vamos aqui dizendo no Conselho, com muita frequência, a construção deste discurso público, que vai para além de um discurso técnico. Estas questões da educação são, eminentemente, questões políticas, no sentido da construção da cidade, que é uma coisa de todos, e deve ser um esforço nosso promover mais este tipo de debates. Penso que não fujo muito à verdade, se disser que, apesar de tudo, o debate ainda foi muito marcado por uma perspectiva de alguns dos actores, sobretudo das escolas, dos professores e da administração. Apesar de termos aqui um representante dos pais, mas alguns dos destinatários e dos actores ligados a estas matérias, se calhar, tiveram pouca voz aqui. Estou a pensar nas autarquias, nos conselhos municipais de educação, nas colectividades, nas associações, nos directores de CAE, talvez também nas famílias, nas empresas, etc. Fica-nos também este desafio de pensarmos qual o papel para o CNE. Não deixamos de nos sentir interpelados por algumas das percepções que nos foram aqui apontadas e, enquanto aguardamos que se possam concretizar algumas das competências que nos foram cometidas, nomeadamente a emissão de pareceres sobre coisas que ainda não aconteceram, ou propostas que ainda não viram a luz do dia, pensamos que, apesar de tudo, vale a pena continuar a ter esta impaciência construtiva, continuar a participar neste debate, continuar a qualificar a nossa participação enquanto órgão consultivo e, por outro lado, também, mobilizar e promover mais este tipo de debates.

Relativamente às principais ideias, tenho alguma dificuldade. Não vou tentar fazer uma síntese do estudo do Dr. José Maria Azevedo, apenas referir que um dos principais aspectos positivos é ele chamar a atenção para as questões que é importante não perder de vista nos fundamentos da educação: as questões dos fins, das condições mínimas que é preciso assegurar, daquilo em que a avaliação deve estar centrada, entre outros.

* Coordenadora da 5.^a Comissão Especializada Permanente

Sobre o painel das escolas, refiro algumas ideias, que penso que foram tocadas ou reiteradas por algumas das intervenções, nomeadamente, que vale a pena ou é importante ter um referencial quando se desenvolvem estas experiências de avaliação nas escolas, partir dos problemas, tendo em vista a resolução dos mesmos, assumir uma abordagem simples, não excessivamente complexa, na construção dos dispositivos de avaliação, resistir à tentação de tudo querer avaliar e não correr o risco de ficarmos soterrados debaixo de dispositivos demasiado complexos que nos tiram tempo para, de facto, depois implementar as mudanças, apesar de não se ter falado muito disso, expressamente. Mas as experiências que aqui foram trazidas, ilustram bem o papel de uma coisa que já muitas vezes falámos, a importância da liderança dos responsáveis das escolas na implementação destes processos e, também, a importância da sinergia entre estes processos de avaliação externa e de avaliação interna. Algumas das experiências que foram aqui relatadas surgiram, ou pelo menos aprofundaram-se, na sequência de intervenções de avaliação externa, nomeadamente da Inspeção. E isso foi valorizado e foi um ponto de partida para se desenvolverem experiências de auto-avaliação mais aprofundadas.

Relativamente ao painel em que nos foi apresentada a perspectiva dos serviços da administração – esta é uma leitura muito pessoal – penso que foi um momento importante para percebermos um bocadinho melhor o que é que cada um destes organismos faz. Confesso que, pelo menos eu, ainda não tinha percebido exactamente o que é que é que é pedido e quais são as atribuições e competências de cada um destes serviços, seja do ponto de vista das áreas orgânicas, seja do ponto de vista também dos níveis: o nível nacional, o papel das direcções regionais, etc. Penso que, de facto, há aqui um grande desafio de clarificar quem faz o quê e, sobretudo na linha de uma das preocupações que também foi muito debatida aqui, quem deve ser o principal interlocutor nesta tarefa de apoio e de acompanhamento junto das escolas. Porque esta pulverização, digamos, de rostos, de interlocutores, face a este desiderato, de centrar a auto-avaliação e os processos de avaliação nas escolas, fica um bocadinho dificultado com esta opacidade e esta diversidade de interlocutores e de serviços responsáveis.

A outra questão que me surgiu é se a nossa administração está verdadeiramente centrada ou preparada para centrar a avaliação nas escolas. Penso que ainda temos muito a caminhar, por exemplo, temos hoje condições suficientes para não termos dificuldades em tudo o que diz respeito aos sistemas de informação. Faz sentido que as escolas forneçam dados para um sistema de informação, junto do qual não têm oportunidade de recolher a informação que interessa? Participam, registam informação *on-line*, mas só os serviços da administração têm a possibilidade de recolher, sistematizar informação e nem sempre a divulgam ou fazem esse *feed-back* em tempo útil e da melhor forma para aquilo que interessa resolver ao nível das escolas. As tecnologias da informação e comunicação, hoje em dia, não justificam estas dificuldades. Para diminuir a sobrecarga de trabalho, do ponto de vista da recolha e tratamento da informação, seria possível hoje ter sistemas de informação mais expeditos, mais úteis e mais amigáveis, como se costuma dizer, para o funcionamento das escolas. É só um exemplo.

Terminava com algumas questões, que não sei se são demasiado provocatórias. Depois deste dia, pergunto-me se temos ou não, de facto, um sistema de avaliação. Temos uma lei, não se consegue perceber muito bem se a lei serve ou se valeria a pena mudá-la, ou se, como diz o Prof. Adriano Moreira, o melhor é a gente deixar-se dessas coisas de estar sempre a mudar as leis e pôr as mãos na massa e ver afinal o que é que falta fazer, o que é que é preciso fazer. Se calhar, o que falta é clarificar o que é que queremos com a avaliação, quem é que a faz, como é que se faz e a que ritmos. Não se percebe muito bem porque é que ainda não o fizemos, porque é que há uma Lei que foi publicada em finais de 2002 e, como se dizia também no estudo que foi apresentado, os avanços da sua implementação são pouco significativos. A impressão que dá é que cada um vai continuando a fazer um bocadinho, vai tentando a avançar no trabalho que já estava a fazer, mas sistema, sistema de avaliação e da avaliação das escolas, talvez ainda não tenhamos.

Como dizia a senhora Ministra, está na hora de avançar, não sei se estamos tão maduros assim, mas há já experiência e processos de confiança

que convém estimular e potenciar. Como fazer esta generalização da obrigatoriedade da avaliação de que a senhora Ministra falava, que seria uma das próximas iniciativas do Governo? A que ritmos? Com que tempos? Com que preparação? Como evitar alguns dos riscos ou perversões que aqui foram bastante reiterados, como seja esta deriva burocrática? Fomos exprimindo isto de várias maneiras: o trabalhar para o relatório, o fazer de conta, os procedimentos de fachada, etc. De facto, é uma prática muito nossa, sentimos que esta é muito a nossa realidade, enfim! Sobretudo, perpassou por aqui, ao longo de todo este dia, também a importância de duas ou três questões que são cruciais, mas não se sabe ainda muito bem como responder: a questão da autonomia das escolas; a questão da articulação da avaliação com a autonomia das escolas; e as escolas como instituições. A questão da avaliação e do profissionalismo docente, do papel dos professores, e a avaliação do desempenho dos professores. Por outro lado, como fazer uma avaliação em que se consiga efectivamente avaliar as práticas pedagógicas, chegar ao interior das sala de aula, ao “reactor”, como falávamos hoje?

Foram estas as questões, entre muitas outras, que retiveram mais a minha atenção ou preocupação ao longo do dia. Penso que, como é costume, a edição das actas do seminário poderá ser um instrumento para uma reflexão mais aturada, da parte de cada um.